



Cais do Valongo: uma história enterrada

Valongo Wharf: the buried history

SALES, Eduardo Ferreira¹;

¹ Incaper, eduarsales@hotmail.com.

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: A história no Brasil sucedeu em um contexto de dominação e de destruição ambiental. A escravidão, o desmatamento e a mineração aconteceram simultaneamente, e este processo tem sido parcialmente encoberto. Este texto tem o objetivo de mostrar estes aspectos, relacionando com os princípios da agroecologia e identificando as alterações na sociedade e no território da cidade do Rio de Janeiro, especialmente no Cais do Valongo. Ao utilizar dados da literatura e fatos da história pouco divulgados, se busca apresentar evidências do passado oculto. As tragédias apresentadas evoluíram juntas ao processo de colonização com a intencionalidade de apagar o passado. Mesmo com esse passado trágico, a sociedade busca uma regeneração de uma memória ferida.

Palavras-chave: escravidão; Mata Atlântica; desmatamento.

Introdução

A herança de um passado trágico em aspectos sociais e de degradação ambiental nos deixou uma tarefa de reflexão e mudança de trajetória. A transição para uma sociedade mais justa e ambientalmente amigável comungam com os princípios da Agroecologia.

A tragédia dos africanos escravizados que chegavam ao Brasil é narrada pelo poeta Castro Alves no século XIX no poema "Navio Negreiro". Este poema revela o sofrimento dos escravizados enfrentando as piores situações nas embarcações:

Presa nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!

Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que mártírios embrutece,
Cantando, geme e ri! (ALVES, 2011)

A história, especialmente da cidade do Rio de Janeiro, revela aspectos e episódios que necessitam ser elucidados e relacionados às alterações na sociedade e no território. O Cais do Valongo, situado no Rio de Janeiro, é um exemplo de uma história encoberta desse passado trágico. A história nos permite relacionar as práticas da sociedade e o manejo dos agroecossistemas, e nos desafia a buscar mudanças de comportamentos inaceitáveis. A escravidão e a exploração predatória



do território são práticas criminosas e contrárias aos princípios éticos e de sustentabilidade que norteiam as premissas da agroecologia.

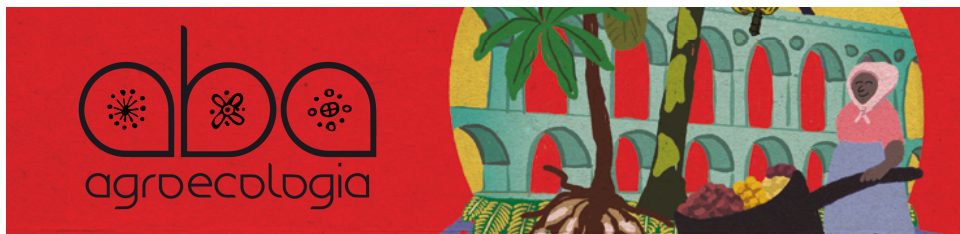
As iniciativas que têm buscado um desenvolvimento de sistemas produtivos mais harmônicos com a natureza são inspiradas em princípios agroecológicos, que recebem contribuições nos aspectos técnico, econômico, social e ambiental.

Metodologia

Na utilização de informações extraídas da literatura e de documentos disponíveis, procurou-se mostrar os fatos de um passado esquecido ou encoberto. Descrevem-se as informações técnico-científicas obtidas a partir de uma revisão bibliográfica relacionadas à escravidão e ao processo de colonização brasileira. São apresentadas informações históricas, geográficas e socioeconômicas, revelando as mudanças ocorridas desde o início da colonização, com o intuito de compreender as razões da atual situação socioeconômica e ambiental brasileira no processo de transição agroecológica.

Resultados e Discussão

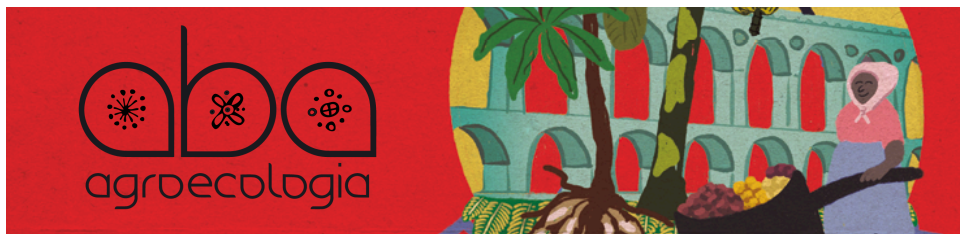
Na história mundial, as mudanças socioeconômicas sempre provocaram legiões de camponeses desempregados, e o conseqüente deslocamento dessa massa desempregada para os centros de produção emergentes. Desta forma, as áreas florescentes sempre coexistiram com as decadentes, ao ritmo das altas e baixas nas exportações de metais preciosos ou açúcar; áreas em declínio forneceram mão de obra para áreas florescentes (GALEANO, 2002). Os processos de degradação social e ecológica legitimados e forjados pela ciência convencional têm sua gênese quando o desenvolvimento da tecnologia de navegação propiciou a expansão da influência europeia e uma forma de apropriação da natureza para benefício de alguns povos, característica principal do capitalismo (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2002). Conseqüentemente, surgiu uma economia agrícola mercantilizada, sujeita à lógica do lucro e das flutuações do mercado, aberta às determinações políticas e plenamente integrada ao processo de acumulação capitalista. No Brasil, esse processo se dá com a dominação dos povos indígenas pelos portugueses, seguida pela escravidão com a chegada em massa de africanos. Segundo Jesus (2006), a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 proporcionou a emancipação política brasileira, um caráter que distingue de qualquer processo histórico de independência das demais colônias americanas. O primeiro ato importante do rei D. João VI, foi abrir seus portos ao comércio dos “países amigos”, especialmente a Inglaterra. Segundo a autora, essa medida da Coroa e a instalação na cidade do Rio de Janeiro da sede da monarquia portuguesa alteraram profundamente as condições políticas e sociais. Também nesse contexto, a transformação do Brasil, em 1815, à categoria de Reino Unido, levou à adoção de medidas voltadas para a colônia: uma série de instituições adequadas à sua nova função de sede do governo. A independência do Brasil foi proclamada em 1822, resultado de um longo processo. No entanto, a estrutura econômica e o desenvolvimento político e social no poder dos grupos sociais dominantes



permaneceram. Nesse contexto, o governo português no Rio de Janeiro foi pressionado pela Grã-Bretanha a aceitar a abolição do tráfico de escravos ao norte da linha do Equador em 1817. Entretanto, a agricultura, a mineração e outras atividades baseadas no trabalho escravo continuaram a caracterizar a economia. Com a Lei de Eusébio de Queiroz, em 1850, o tráfico de escravos foi proibido, mas a exclusão social continuou e a escravidão só foi abolida em 1888.

Um em cada dois escravizados embarcados para o Brasil, teve a região sudeste como destino, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde trabalharam nas lavouras de açúcar e café e nas minas de ouro e diamantes. No total, essa região recebeu 2,3 milhões de africanos. O Rio de Janeiro foi o local que mais recebeu escravizados no mundo (GOMES, 2019). No período do final do século XVIII ao início do século XIX desembarcaram milhares de africanos escravizados no Rio de Janeiro. O Cais do Valongo situado nesta cidade foi o local de chegada. Este cais foi encoberto no século XIX pelo Cais da Imperatriz e foi redescoberto em 2012 pelas obras da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. A região do Cais era um local de quarentena, em que os escravos não podiam sair deste lugar de tragédia e milagre. O milagre era a recuperação dos escravizados. Muitos morriam e ali mesmo era enterrado. Atualmente, o bairro das proximidades do Cais é denominado Saúde em referência a este processo de recuperação (TEIXEIRA, 2015). A menção a este local se faz relevante por sua importância histórica e simbólica de um passado escravista que se tenta manter apagado. A escravização foi impulsionada pela ganância e pelo colonialismo. Esse processo de colonização produziu concentração de terras, desigualdade social e degradação ambiental que perduram até hoje no Brasil, inclusive com a existência de trabalho análogo a escravidão. Indígenas e negros não eram considerados pessoas, mesmo nos censos a população reconhecida era a população branca. Assim, há poucos registros da história dos escravizados e das comunidades indígenas. Um dos motivos dessa falta de informação é que muitos documentos foram destruídos. Em 1890, Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, solicitou por decreto que se reunissem todos os livros e documentos existentes sobre escravos na Secretaria da Fazenda, na capital Rio de Janeiro. Conforme consta no decreto, uma comissão recolheria os livros e papéis e os destruiria imediatamente (NUNES, 2006).

Em outros lugares também existem características oriundas desse passado colonial. No Estado do Espírito Santo, os moradores das comunidades quilombolas são referendados por Silva (2006) no contexto atual, quanto ao tempo e ao espaço. Atualmente têm suas terras intercaladas com terras de latifundiários e grandes empresas. Dessa categoria extrai-se a experiência social, ambiental e histórica de responder aos sucessivos avanços das monoculturas de eucalipto, especialmente no caso das comunidades do norte do Estado. Para essas comunidades isoladas pelo eucalipto, é impossível exercer formas culturalmente específicas, permanecendo silenciosas e invisíveis. Ficando também isolada da cena pública, que omite o confronto e depois se cala. O autor menciona a situação atual de ameaças de morte, envenenamento e morte por produtos agroquímicos, trabalho



infantil, insegurança alimentar, falta de escolas e água, que destrói a dignidade humana, as chances de uma vida com paz, autonomia, saúde física e mental. A fragilidade das possibilidades de reprodução na vida social, família e valores pessoais, permanece e tem influenciado essas comunidades desde o período da escravidão.

Dean (1996) cita que no século XVIII o Brasil estava na era do ouro, e o século XIX foi o século do café. Para a Mata Atlântica, no entanto, a introdução do café representaria uma ameaça mais intensa do que qualquer outro evento nos últimos 300 anos. Depois do desaparecimento das árvores, as encostas se tornaram estéreis pela rápida degradação, marcando a rápida passagem do café pelo vale do rio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro. O avanço da cafeicultura sempre foi realizado com a técnica de corte e queima, favorecendo a monocultura, cujo cultivo era realizado em linha reta na encosta. Este autor aponta uma razão para plantar café na direção da encosta, já que os escravizados trabalhavam morro acima, facilitando o procedimento de controle e vigilância dos trabalhadores. Contudo, essa forma acelera o escoamento das águas pluviais e favorece a erosão. No entanto, reconhecia-se que as folhas e caules eram benéficos para o solo e que essa matéria orgânica deveria ser empilhada sob os cafezais no final da safra. Porém, os escravizados trabalhavam descalços para realizar essa tarefa e assim o mato atraía os ratos e os ratos atraíam as cobras. Estas práticas ecológicas produtivas e portanto benéficas, não estavam acompanhadas do devido bem estar dos trabalhadores, tratados como não sujeitos. Muitas vezes essa matéria orgânica não era preservada, sendo simplesmente queimada. Além de todo o processo de desgaste do solo com o referido processo de corte e queima, o declive acentuava ainda mais a destruição com o escoamento das águas superficialmente, causando a erosão. A agricultura itinerante de derrubada e queimada que "extraí" a fertilidade do solo em um processo insaciável funciona com a mesma lógica da exaustão do trabalho escravo. Além dos escravizados viverem em condições sub-humanas, a desconexão com os princípios agroecológicos, promoveu uma agricultura autodestrutiva e desencadeou um processo insustentável, que se agravou com a modernização da agricultura no século XX e perdura, seguindo o mesmo binômio de exploração da natureza e do trabalho humano, fruto do capitalismo e do agronegócio.

A adoção do enfoque agroecológico é fundamental para romper com esta dinâmica predatória da natureza e do ser humano, característica do atual modelo de produção e consumo, rumo à transição a estilos de agricultura mais sustentáveis. A partir de uma compreensão que envolve dimensões ecológicas, sociais, econômicas, políticas, culturais e éticas, a Agroecologia constitui-se como o campo de conhecimentos, prática social e movimento capaz de ressignificar este passado sombrio, resgatando a dignidade das comunidades quilombolas, remanescentes e camponesas, com seus saberes, práticas agrícolas, tradições, valores e suas múltiplas formas de resiliência, ante séculos de opressão e tentativa de apagamento como povos de direitos, território e cultura. Como enfoque metodológico, Toledo e Barrera-Bassols (2008) ressaltam que a conversão de florestas naturais em



florestas humanizadas é uma prática antiga nas regiões tropicais do mundo. Segundo estes autores, esse processo implica em mudanças na composição original das florestas para criar jardins florestais por meio do manejo de espécies arbóreas e introdução de ervas e arbustos úteis como culturas comerciais (café, cacau, borracha, especiarias, canela, pimenta e baunilha). Os autores mencionam que os sistemas agroflorestais são uma forma de recompor as florestas naturais por meio do cultivo e convivência de plantas silvestres e cultivadas, a fim de manter as características estruturais e os processos ecológicos das florestas naturais, em benefício das comunidades locais, mantendo uma certa diversidade biológica. A exemplo destes sistemas, outras práticas ancestrais e atuais poderão ser resgatadas e ressignificadas para maior autonomia e soberania alimentar em comunidades atualmente vítimas da fome e insegurança.

Citando Sevilla Guzmán (2006), trata-se de promover a interação do manejo ecológico dos recursos naturais a formas de ação social coletiva, com o objetivo de restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Para o autor, a natureza dialética da mudança científica nos permitiu revelar sua dualidade: por um lado, como forma de criar conhecimento, no interior de uma totalidade em evolução submetida a distintas conjunturas históricas, e, por outro, como sistema social, em suas inter-relações com a estrutura de poder do conjunto da sociedade. Trata-se portanto de restaurar este curso alterado com medidas de promoção da visibilidade sociocultural e histórica, com políticas públicas para sistemas agroalimentares soberanos e culturalmente aceitos.

Conclusões

Embora o Cais do Valongo atualmente seja um sítio histórico localizado numa grande metrópole, aparentemente desconectado da realidade da agricultura quilombola, camponesa ou indígena, ele é o lugar de memória e a figura alegórica daqueles que ao chegarem se viram escravizados e despossuídos de qualquer dignidade e reconhecimento de saber para, dentre outros trabalhos, fazer agricultura de plantation. Ademais, até hoje seus descendentes são força de trabalho nos latifúndios do agronegócio ou vivem em comunidades oprimidas por essas empresas. Em correlação, o ambiente natural foi igualmente violentado por esse modelo de agricultura e consumo, cujas consequências atingem o campo e as cidades, indistintamente, especialmente os desvalidos da população brasileira do século XXI. Infelizmente, a escravidão, a exclusão histórica do povo negro e a destruição ambiental caminharam juntas desde a colonização do Brasil. Apesar de toda a tragédia apresentada, o povo brasileiro ainda apresenta resiliência para superar estas adversidades. Entretanto, assim como o título deste artigo menciona, a história jamais poderá ser enterrada, nem queimada ou esquecida, mas aprendida e ressignificada.

Referências bibliográficas

ALVES, Castro. **O Navio Negroiro**. Disponível em:



<https://www.passeiweb.com/o_navio_negreiro/> Acesso em: 1 jun. 2023.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 484p.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. 17. Ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores. 2002. 379 p.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. 1. Ed. Rio de Janeiro: Globo Livros. 2019. 479 p.

JESUS, Aloiza D. R. **Comarca de Vitória**: escravo de ganho e aluguel. (1850-1871). Monografia. Brasil. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Departamento de História. Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória. 2006. 48 f.

NUNES, Sylvia da S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia**. USP, 17(1), 89-98. 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; WOODGATE, Graham. Una sociología del medio ambiente coevolucionista. In: Redcliff M.; G. Woodgate (comps.), **Sociología del medio ambiente**: una perspectiva internacional. Madrid: McGraw-Hill, 2002. p. 77-96.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria editorial. 2006. 255 p.

SILVA, Sandro J. Quilombolas no Espírito Santo: identidade e territorialidade. **Dimensões**. Revista de História da UFES. PPGHis UFES, n.18, Vitória. 2006.

TEIXEIRA, Carlo A.(org.) **Roda dos saberes do Cais do Valongo**. Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos. 2015. 120 p.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial. 2008. 232 p.